

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Constitui objeto da pretensão a contratação a Contratação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA A DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- I – Atuação na defesa do Município em processos administrativos tributários, junto à Receita Federal do Brasil, Delegacias da Receita Federal, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e outros órgãos de controle e fiscalização, visando afastar cobranças indevidas e garantir o respeito aos direitos do ente municipal;
- II – Elaboração de impugnações, defesas e recursos administrativos contra autos de infração, notificações de lançamento e demais exigências fiscais impostas ao Município;
- III – Acompanhamento e representação judicial em ações tributárias, inclusive ações declaratórias, mandados de segurança, execuções fiscais e demais demandas judiciais relativas a tributos que impactem a gestão fiscal do Município;
- IV – Atividades correlatas

1.0. Classificação do objeto: Comum.

2.0. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação descrita é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – a contratação a Contratação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA A DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- I – Atuação na defesa do Município em processos administrativos tributários, junto à Receita Federal do Brasil, Delegacias da Receita Federal, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e outros órgãos de controle e fiscalização, visando afastar cobranças indevidas e garantir o respeito aos direitos do ente municipal;
- II – Elaboração de impugnações, defesas e recursos administrativos contra autos de infração, notificações de lançamento e demais exigências fiscais impostas ao Município;
- III – Acompanhamento e representação judicial em ações tributárias, inclusive ações declaratórias, mandados de segurança, execuções fiscais e demais demandas judiciais relativas a tributos que impactem a gestão fiscal do Município;
- IV – Atividades correlatas

3.0. ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
DFD 1	a contratação a Contratação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA A DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: I – Atuação na defesa do Município em processos administrativos tributários, junto à Receita Federal do Brasil, Delegacias da Receita Federal, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e outros órgãos de controle e fiscalização, visando afastar cobranças indevidas e garantir o respeito aos direitos do ente municipal; II – Elaboração de impugnações, defesas e recursos administrativos contra autos de infração, notificações de lançamento e demais exigências fiscais impostas ao Município; III – Acompanhamento e representação judicial em ações tributárias, inclusive ações declaratórias, mandados de segurança, execuções fiscais e demais demandas judiciais relativas a tributos que impactem a gestão fiscal do Município; IV – Atividades correlatas	unid	12

4.2. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses

previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

4.2.1. Início: Imediato;

4.2.2. Conclusão: 12
(doze) meses.

4.3. A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.o. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: a contratação a Contratação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA A DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

I – Atuação na defesa do Município em processos administrativos tributários, junto à Receita Federal do Brasil, Delegacias da Receita Federal, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e outros órgãos de controle e fiscalização, visando afastar cobranças indevidas e garantir o respeito aos direitos do ente municipal;

II – Elaboração de impugnações, defesas e recursos administrativos contra autos de infração, notificações de lançamento e demais exigências fiscais impostas ao Município;

III – Acompanhamento e representação judicial em ações tributárias, inclusive ações declaratórias, mandados de segurança, execuções fiscais e demais demandas judiciais relativas a tributos que impactem a gestão fiscal do Município;

IV – Atividades correlatas

6.o. ESTIMATIVA DOS PREÇOS

6.1. Na pretensa contratação direta por inexigibilidade de licitação, não foi possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no

Art. 23, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei 14.133/21. Portanto o interessado comprovou previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até um ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

6.2. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos na forma estabelecida no Art. 23, § 4º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

6.3. O valor total é equivalente a R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais)

7.o. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

8.o. RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1. A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: a contratação a Contratação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA A DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS COM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

I – Atuação na defesa do Município em processos administrativos tributários, junto à Receita Federal do Brasil, Delegacias da Receita Federal, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e outros órgãos de controle e fiscalização, visando afastar cobranças indevidas e garantir o respeito aos direitos do ente municipal;

II – Elaboração de impugnações, defesas e recursos administrativos contra autos de infração, notificações de lançamento e demais exigências fiscais impostas ao Município;

III – Acompanhamento e representação judicial em ações tributárias, inclusive ações declaratórias, mandados de segurança, execuções fiscais e demais demandas judiciais relativas a tributos que impactem a gestão fiscal do Município;

IV – Atividades correlatas

8.1.1. Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis; 8.1.3. Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a referida contratação, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, dessemado, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou

outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração;

8.1.4. Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

9.0. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Forma de contratação:

9.1.1. Inexigibilidade, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21.

Ipupi - PE, 01 de abril de 2025.

José Silvino de Souza Sobrinho
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ N° 11.040.896/0001-59



